



EDITORIAL

Cara/os Leitoras/es,

Abrindo o segundo ano do Ciclo de Debates Triálogos Feministas, o SOS CORPO propõe uma reflexão sobre Fundamentalismo e suas repercussões no campo dos Direitos Humanos. Nos unimos, assim, à Campanha Contra o Fundamentalismo Fundamental é a Gente, lançada pela Articulação Feminista Marcosul no Fórum Social Mundial, com o objetivo de fazer oposição às práticas, discursos e representações sociais discriminatórias, cunhadas sob a égide do pensamento único.

O apego a uma verdade absoluta, parte da negação da diversidade de pensamentos e da divergência, sendo, portanto, incompatível com a construção da democracia. E esse princípio está na origem da própria idéia de Fundamentalismo, quando no início do século XX, nos Estados Unidos, um grupo de protestantes se autodenominou fundamentalista, por defender uma interpretação literal da Bíblia. Constituindo-se como um movimento, este grupo se manifestava contra o mundo moderno, contra a ciência e a perspectiva histórica. Para seus/suas integrantes a Bíblia encerrava as verdades absolutas, intocáveis e inquestionáveis e a sociedade perfeita só seria alcançável com a submissão de todas/os à verdade religiosa. Aqui política e religião se confundem.

Entendendo que a pluralidade de sujeitos é condição para a existência de sociedades democráticas, somos a favor da política separada da religião. Afinal, não é aceitável que preceitos morais e/ou religiosos sejam a base para a definição de políticas públicas, especialmente considerando-se o Estado laico.

Mas se ainda hoje o Fundamentalismo é mais comumente associado às práticas religiosas, é possível identificar expressões do pensamento único em diferentes campos: cultural, científico e econômico, por exemplo. Mas, é preciso ficarmos atentas para não cairmos em tentação, ou seja, atribuir ao fundamentalismo a origem de todos os males. As inúmeras práticas de exclusão social e discriminação conhecidas até hoje se constituem de forma mais complexa, como parte de um processo histórico, que precisa ser lido à luz das disputas de poder, nas quais se fazem presentes recortes de gênero, classe, raça/etnia, geracional, entre tantas outras.

Neste sentido, ampliar este debate é importante para conhecer melhor o tema, ajudar a reconhecer as diferentes formas de expressão fundamentalista e pensar novas formas de enfrentar a impostura do pensamento único. Para este tema nossas convidadas abordarão diferentes dimensões do Fundamentalismo Ivone Gebara, teóloga feminista, aborda o fundamentalismo no campo religioso; Sílvia Ramos, do Centro de Estudos sobre Segurança, da Universidade Cândido Mendes (RJ), se propõe a discutir a relação entre fundamentalismo e construção de democracia a partir de uma reflexão sobre como o movimento de mulheres tem construído respostas para a questão da violência e a questão da segurança pública; Ana Paula Portella, coordenadora de pesquisas do SOS Corpo, traz inquietações e provocações a respeito de como o fundamentalismo vem ameaçando os avanços obtidos no campo democrático.

Esperamos que este instigante debate estimule o levante de novas vozes a favor da democracia. Afinal, nossas vozes são fundamentais contra o fundamentalismo.



*Carla Batista, Márcia Lorangeira, Simone Ferreira
e Solange Rocha – equipe do Projeto Mulher e Política.*



FUNDAMENTALISTA (NÃO) É O OUTRO: REFLEXÕES SOBRE SUBJETIVIDADE E FUNDAMENTALISMO

Ivone Gebara

Nos últimos anos, a palavra fundamentalismo vem sendo incorporada ao nosso vocabulário. Eu mesma tenho empregado freqüentemente esse termo para descrever determinadas ações e comportamentos nas áreas da religião, da política e da economia, por apenas citar algumas. No campo da política, chamamos fundamentalistas àqueles políticos de idéias conservadoras, que não estão abertos aos problemas sociais e que, em última instância, se apóiam na idéia de Deus. Quando dizemos que alguém é fundamentalista econômico, expressamos que essa pessoa segue à risca as leis do mercado. Os fundamentalistas, enfim, são pessoas que tomam posições fechadas, não discutem com outros grupos, nem sequer toleram sua existência.

Há fundamentalismos em todas as culturas, em todas as idades, entre homens e mulheres. Evidentemente, o adjetivo fundamentalista sempre se dirige a terceiros, como se essa palavra nos permitisse expressar aquilo que não é como eu, que não pensa nem age como eu. Hoje, tentarei voltar o olhar para um outro tipo de fundamentalismo, que não se situa necessariamente no outro, mas que está em nós mesmas. E, para começar nossa conversa, abordarei um tema que me é bastante familiar: o fundamentalismo religioso.

A palavra que não tem discussão

Fundamentalistas religiosos são aquelas pessoas que lêem os textos sagrados ao pé da letra: a Bíblia, no caso dos cristãos, o Alcorão para os muçulmanos, etc. O problema da interpretação literal é que, geralmente, tais textos são abertos a várias leituras. Quando damos uma única interpretação, cerceamos a possibilidade da pessoa dar outros sentidos ao que está escrito. Além disso, os fundamentalistas fazem questão de ignorar o caráter histórico e cultural dos textos sagrados. Todo texto nasce no seio de uma cultura. Para os fundamentalistas, entretanto, as escrituras sagradas são independentes a quaisquer contextos, elas provêm diretamente da inspiração de Deus, são a palavra de Deus. Por isso, sua leitura coloca-se acima de discussão.

O objetivo último do fundamentalismo religioso é determinar normas de comportamento e atitudes para os fiéis e as fiéis, atribuindo tais normas à vontade de Deus. Apoiados na sua autoridade religiosa, os fundamentalistas ditam interpretações do mundo que violam direitos humanos elementares. Nesse sentido, o fundamentalismo religioso pode ser considerado o equivalente do chamado pensamento único em economia e em política.

Há quem pense que esse fenômeno só existe no mundo islâmico mas ele também está presente entre os seguidores de outras crenças, como o hinduísmo e o cristianismo, e mesmo naquelas religiões de tradição oral, como as afro-brasileiras. Entre os cristãos, o fundamentalismo atinge tanto as chamadas seitas como os grupos históricos representados pelas igrejas protestantes e a católica. O melhor exemplo disso tem sido os posicionamentos



dessas igrejas em assuntos que envolvem os direitos das mulheres, como a contracepção, o aborto e, até, a violência sexista.

De onde vêm os fundamentalismos

De certa forma, os fundamentalismos sempre estiveram presentes nas relações humanas. Mas foi só na virada do nosso século XXI que esse fenômeno começou a se tornar mais visível, sobretudo na sua vertente religiosa. Prova disso são as guerras e conflitos iniciados e reproduzidos cotidianamente em nome de Deus. Há várias hipóteses para tentar dar conta da vitalidade dos fundamentalismos contemporâneos. Para algumas pessoas, os fanatismos religiosos são uma reação dos indivíduos diante do caráter efêmero e transitório dos tempos que correm. Embora se tratando de uma hipótese interessante, ela não nos explica por que o fundamentalismo está se acentuando também em lugares como o Oriente, onde as sociedades são, aparentemente, mais estáveis e sólidas.

Acredito que outras idéias podem complementar essa explicação. O mundo em que vivemos está cada vez mais atravessado por processos de dominação econômica e de intervenção cultural nos diferentes continentes. A chamada civilização ocidental divulga seus valores e estilo de vida pelos meios de comunicação como o rádio e a televisão. Não bastasse essa invasão cultural, ainda assistimos a invasões econômicas, políticas e até militares pelos Estados Unidos em países como o Iraque. Nesse contexto, os fundamentalismos podem ser compreendidos como reações extremas de afirmação de identidade diante do avanço desse novo colonialismo.

Fundamentalistas somos nós

Recentemente, eu percebi que também sou, de certo modo, fundamentalista. Isso aconteceu durante uma discussão com representantes de alguns grupos religiosos relativamente abertos, mas que não são feministas. Na ocasião, eu levantei algumas questões religiosas sob a ótica do feminismo e essas pessoas disseram para mim: “Nem radical você é. Você é fundamentalista!” Na hora, eu fiquei com muita raiva, me defendi. Afinal, eu me considero uma pessoa aberta, tolerante, que aceita sempre o diálogo e respeita a diferença. Achei que se tratava de uma acusação sem sentido, pois fundamentalistas, para mim, eram aquelas pessoas que impediam uma certa marcha democrática da história. Entretanto, essa situação me trouxe algumas reflexões interessantes, que quero partilhar com vocês.

Eu compreendi que o fundamentalismo não é apenas um fenômeno objetivo, algo que podemos descrever e apontar. Fundamentalismo é também uma palavra que utilizamos para classificar as pessoas que pensam diferente de nós. E quando rotulamos os outros dessa maneira estamos, em verdade, lançando mão de classificações abstratas que pouco contribuem para entender o mundo, para dialogar e nos compreender melhor.

Hoje eu acredito que só conseguimos identificar os outros como fundamentalistas porque, de algum modo, trazemos essa experiência em nós. Somos fundamentalistas na nossa crença num mundo melhor, organizado a partir das nossas idéias e princípios, sejam eles políticos ou religiosos. Por isso, detectar os fundamentalismos antidemocráticos é apenas



um primeiro passo. Devemos, igualmente, reconhecer essas tendências em nós mesmas, pois o fundamentalismo, qualquer que seja, limita bastante a possibilidade de diálogo.

É com essa reflexão que eu encerro minha fala. Sabemos que o fundamentalismo é um processo social, político, econômico e religioso, que está emergindo com especial força no século XXI, impedindo o avanço das sociedades numa linha de justiça social e de igualdade. Mas eu queria convidar a gente a pensar o fundamentalismo na nossa subjetividade, como um fenômeno que toca nossa individualidade, nossos sentimentos e emoções, nossa estrutura de pensamento. Fundamentalista não é o outro. Cada uma de nós é, de certa forma, fundamentalista.

▶▶▶ *Ivone Gebara é doutora em Filosofia e graduada em Teologia. Religiosa da Congregação das Cônegas de Santo Agostinho*



MULHERES E FUNDAMENTALISMO – NOVOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS

Silvia Ramos

Trabalho na área de violência há muitos anos. No Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania – CESeC, que funciona na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro, desenvolvemos uma abordagem relativamente nova, buscando construir uma agenda positiva da violência, centrada nas respostas à violência e especialmente na criação de políticas democráticas de segurança pública. Minha proposta para o debate de hoje consiste em refletir como tem sido a relação do movimento de mulheres com a problemática da violência, ao longo das últimas décadas. Mais precisamente, tentarei resgatar de que forma o movimento foi construindo suas respostas. Com isso, acredito estar contribuindo para a reflexão sobre fundamentalismos e construção de democracia, dando continuidade às exposições das minhas colegas Ana Paula Portella e Ivone Gebara.

Mulheres rompendo o silêncio: a proposta das DEAMs

A violência é um dos problemas que mais preocupa os vários segmentos da sociedade brasileira, há pelo menos duas décadas. Entretanto, foi somente na segunda metade dos anos 90 que essa questão se tornou um tema nobre para a academia e para os movimentos sociais. Os motivos de tão longo esquecimento devem ser procurados na história recente da democracia no país. Durante os anos da ditadura, vários movimentos se forjaram na luta contra as violências praticadas pelo regime militar, cujo exemplo mais gritante foram as torturas infringidas aos presos políticos. A ditadura acabou mas as torturas continuaram sendo praticadas sistematicamente nas delegacias de polícia, só que contra os chamados presos comuns. Ao perder seu caráter político, questões como segurança e violência não foram incorporadas na pauta dos novos atores preocupados com a construção da democracia e com a luta pelos direitos humanos. Em especial, os temas ligados à “polícia” permaneceram malditos, como se fossem questões do “aparelho repressivo do Estado”, e não de uma sociedade que precisava enfrentar o desafio da democratizar os órgãos de segurança e de criar uma plataforma que incluísse “segurança para todos”.

Entre os movimentos sociais, só houve uma exceção a essa atitude em relação à violência: o movimento de mulheres. Já nos anos 80, na fase final do regime militar, esse movimento tomou para si o tema da violência contra a mulher, que mais adiante passaria a ser chamada violência de gênero. Sem o apoio de outros setores, sozinhas como movimento, as mulheres se reuniram, mobilizaram as pouquíssimas senadoras e deputadas que existiam na época e fizeram uma CPI. Também apresentaram uma agenda positiva para tratar do problema, tendo como um dos seus componentes básicos a criação das DEAMs – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Uma criação brasileira, com poucos paralelos no mundo, as DEAMs são espaços diferenciados das delegacias comuns, onde as mulheres vítimas de violência podem encontrar policiais treinados e sensibilizados sobre sua problemática.



Especializar versus generalizar: procurando alternativas

Ao enfrentar o tema da violência, numa época em que ninguém falava sobre o assunto, o movimento de mulheres assumiu um papel incontestável de vanguarda social e política. A proposta das mulheres para a área da violência tem influenciado de forma significativa outros movimentos, como é o caso do movimento homossexual, na segunda metade dos anos 90. Novos debates a respeito das políticas de segurança incorporam princípios dessa proposta mas também trazem questionamentos a seu respeito. É sobre esses debates que irei me deter agora, começando por uma experiência pessoal na área de segurança.

Durante um breve período de tempo¹, eu tive a oportunidade de participar da Subsecretaria de Segurança e Cidadania do Rio de Janeiro, então sob coordenação do atual Secretário Nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares. Um dos nossos projetos era a implementação de um serviço chamado DDH – Disque Defesa Homossexual, para atender violências específicas contra essa comunidade. Sabemos que, em geral, quando um homossexual chega numa delegacia por agressão, os policiais não dão a devida atenção e ainda culpabilizam quem vai prestar queixa, com frases do tipo “quem manda ser veado?”. Essa lógica também funcionava no caso das mulheres, daí a proposta das DEAMs. Mas o movimento homossexual trouxe a seguinte questão para debate: será que nós queremos uma polícia especializada? Não seria melhor treinar todos os policiais para que todos sejam sensíveis à questão?

O movimento negro também fez essa discussão, muito depois do movimento de mulheres. Quando a lei contra os crimes raciais foi promulgada, muitas pessoas perceberam dificuldades em levar adiante denúncias de racismo porque os policiais enquadravam suas queixas em categorias como injúria, calúnia, difamação. Como resposta, foram criadas em algumas cidades delegacias para crimes raciais, seguindo o modelo das DEAMs. Na ocasião, o movimento negro também se questionou seriamente a esse respeito: o modelo de delegacia especializada é bom ou ruim?

Eu acredito que as delegacias especializadas são boas num certo sentido, porque a vítima é atendida com mais eficácia, mais eficiência e com mais respeito. Mas esse modelo tem o inconveniente de encerrar essa questão num gueto. Quando existe uma delegacia especializada, os outros policiais sentem que aquele assunto não lhes diz respeito. No Rio de Janeiro, por exemplo, os policiais das delegacias comuns não querem atender violência interativa, mandam as vítimas irem às DEAMs.

Em resumo, quero assinalar que o movimento de mulheres encampou a discussão da violência e da segurança pública muito intensamente num determinado momento mas depois saiu de cena. Acho que está na hora de retomar esse debate e de pensar numa agenda para essa década, onde experiências prévias sejam incorporadas mas, também, revistas à luz dos novos debates e do perfil atual da violência no país.

Violência contra a violência: a resposta do Estado

Em geral, os especialistas em violência identificam vários tipos ou expressões desse fenômeno. Na área de violência contra as pessoas, há a violência letal, que inclui homicídios (dolosos



e não dolosos) e suicídios. Estatisticamente, em relação aos homicídios dolosos, a violência é 90% masculina. A participação das mulheres nessa modalidade de violência tem se mantido, ao longo de décadas, entorno de oito a dez por cento. Em contrapartida, a maioria de vítimas de violência não letal é constituída por mulheres, que costumam ser muitíssimo mais atingidas do que os homens por lesões corporais e ameaças.

No Estado do Rio de Janeiro, 6.885 pessoas morreram no ano passado, vítimas de homicídios dolosos. A maioria dessas vítimas é composta por homens, sobretudo jovens, concentrados entre 14 e 25 anos, moradores de favelas e de bairros de periferia e em grande parte negros. Esse é o perfil que vem sendo revelado em todas as pesquisas sobre violência no Brasil. E quando uma pessoa morre assassinada, a vida de todos ao seu redor também é afetada, mesmo que isso não apareça nas estatísticas. A dimensão real da violência vai, portanto, muito além do que sabemos pelos números.

Uma questão que, no CESeC, tem nos preocupado bastante é o crescimento extraordinário dos chamados autos de resistência. Auto de resistência é o nome técnico que se dá às mortes provocadas pela polícia em situações de confronto. Em 1998, morreram assassinadas 5.741 pessoas no Estado do Rio de Janeiro. Nesse ano, 355 perderam a vida nos chamados autos de resistência. Isso nos dá um percentual de, aproximadamente, 6% de assassinatos sendo perpetrados por policiais. Em 2001, o número de homicídios foi de 6.287 e o número de mortes provocadas pela polícia, 592, ou seja, 9,4% do total. Em 2002, foram 6.885 homicídios e 900 mortes em autos de resistência. Isto quer dizer que mais de 13% dos homicídios no Rio de Janeiro nesse ano aconteceram em confrontos com policiais². Esse percentual está acima de quaisquer padrões internacionais! Os números dos autos de resistência nos permitem chegar a uma conclusão muito séria a respeito das políticas públicas na área da violência no Brasil: a resposta do poder público ao crescimento da violência tem sido aumentar o número de mortes provocadas pela polícia, em situações que eles chamam de confronto.

E para encerrar, eu quero deixar uma pergunta para o nosso debate: o que o movimento de mulheres tem a ver com esse quadro? O movimento tem uma longa experiência com a questão das violências interativas, aquelas violências sem fins lucrativos que acontecem, muitas vezes, dentro de casa. Eu me pergunto se a violência doméstica não tem estruturado, de alguma forma, esse outro tipo de violência que leva tantos homens jovens a se embrenharem numa verdadeira guerra fratricida. Refletir sobre isso pode nos ajudar a construir nossa democracia. Não me resta dúvidas de que, nessa tarefa, o movimento de mulheres terá um papel fundamental.

◀◀◀ *Silvia Ramos é mestre em Psicologia pela PUC-Rio e coordenadora da área Minorias, Movimentos Sociais e Cidadania, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.*



FUNDAMENTALISMOS E DEMOCRACIA – UM PEQUENO INVENTÁRIO DE INQUIETAÇÕES

Ana Paula Portella

O tema do fundamentalismo reaparece na atualidade em um contexto repleto de episódios que mexem com profundas emoções humanas, exigindo de nós um maior esforço conceitual, político e prático no seu tratamento e enfrentamento e, por situarem-se nas complexas fronteiras do político-ideológico-cultural, solicitam-nos uma constante atenção sobre nós mesmas de modo a não reforçarmos ou reconstruirmos os fundamentalismos em nossa ação e em nossos movimentos. Esse é um tema que me provoca mais perguntas que respostas, mais inquietações e espanto do que explicações. Eas justamente pela complexidade e tamanho da tarefa é que penso que é urgente refletir sobre o assunto e construir modos eficazes de enfrentar politicamente os fundamentalismos no mundo.

A Articulação Feminista Marcosul assim define fundamentalismo: religioso, político, econômico, científico ou cultural, o fundamentalismo é sempre político e prospera em sociedades que negam a humanidade na sua diversidade, e que legitimam mecanismos violentos de sujeição de um grupo pelo outro, de uma pessoa pela outra. Essencialmente excludentes e belicosos, os fundamentalismos minam a edificação de um projeto de humanidade onde todas as pessoas tenham direitos a ter direitos, sacrificando – com requintes maior de perversidade – a vida das mulheres¹. A alternativa feminista ao fundamentalismo é a proposição de formas democráticas e pacíficas de enfrentar conflitos, que permitam reconhecer as diferenças e afirmar a diversidade, na busca de soluções negociadas, seja na esfera pública, privada ou íntima da convivência humana². Já em 1984 a Rede Dawn chamava a atenção para os fundamentalismos como forças políticas globais emergentes, mas é só depois dos atentados de 11/9 que este debate se globaliza e massifica, sempre com referência ao fundamentalismo islâmico e ao regime do Taleban no Afeganistão, numa perspectiva radicalmente diferente da colocada pelas feministas duas décadas antes.

Os episódios do 11 de setembro são, talvez, os mais emblemáticos na sua capacidade de mexer com profundas emoções humanas e podem ser vistos como o jogo de espelhos que nos revelou a violência na qual estamos imersas há muito tempo e, ao fazer isso, simultaneamente conectou as muitas faces e fios desta violência, até então entendidos como isolados e não relacionados. E talvez aí tenha se dado a terrível percepção confirmadora da existência real da globalização, sendo, para muitas pessoas, o momento da perda da inocência quanto à natureza da globalização.

Há mais de dois séculos o mundo ocidental viveu as suas revoluções burguesas e democráticas, que nos legaram a idéia da democracia como o único regime político capaz de ordenar e regular sociedades complexas de modo livre, justo e igualitário. Desde então, nenhum outro regime se provou mais adequado a tal missão e a própria existência da democracia permitiu a sua ampliação e aperfeiçoamento a ponto de ser mais que regime ou forma de governo e tornar-se uma forma de convivência social. A democracia – política, social, econômica, cultural ou da vida íntima – instituiu-se no horizonte das sociedades



modernas como um modelo de ordem social que pode garantir uma convivência justa e igualitária entre todos e todas.

Temos que reconhecer, contudo, que algo aconteceu e pergunto-me se e porque a democracia vem perdendo o seu poder de atração. Na raiz desta pergunta estão outras: porque parte significativa da população norte-americana vota ainda nos candidatos republicanos? Porque votaram em Bush, um homem com uma visão autoritária, hierárquica e patriarcal das relações sociais e da política? Porque apoiaram uma aliança política apoiada na indústria bélica? Porque as Nações Unidas vêm sendo fragorosamente derrotada em importantes arenas ligadas à manutenção da paz? E o que levará um jovem ou uma jovem árabe a entender e acreditar que a morte é uma forma de luta política? O que se passa nos corações e mentes de pessoas que planejam e realizam ataques terroristas na Colômbia, em Jerusalém ou em Madrid? Qual o ponto de inflexão na vida de uma pessoa ou de um grupo social que lhes leva a acreditar que o extermínio do outro é um modo de resposta para o que lhe inquieta?

Isso é especialmente incômodo por que vivemos em um mundo onde a democracia está concretamente colocada como alternativa de convivência humana; talvez tivesse sido mais difícil pensar em formas igualitárias e justas de convivência no tempo em que a democracia apresentava pouca existência teórica e nenhuma existência prática. O que me inquieta é saber porque o projeto político e social da democracia parece (não estou ainda convencida) estar perdendo poder de atração para alguns grupos sociais.

Ninguém deixa de se surpreender com os números e os fatos da violência no Brasil e, em especial, com o genocídio de jovens rapazes, pobres e/ou negros, que vem se processando nas grandes cidades brasileiras. Qual o significado de andar armado ou de estar sob a mira de uma arma todos os dias? Como é ter que resolver as questões cotidianas da vida através da mediação de uma arma, sabendo que se pode atirar mas pode-se também ser alvo? O que significa ser cotidianamente uma vítima potencial, como é o caso da maior parte da população pobre do Brasil? O que significa nascer e crescer sabendo que as regras da democracia não se aplicam a você?

Algumas situações aumentam os riscos de fragilização da democracia. Uma delas decorre do fato de que as democracias ocidentais estiveram sempre associadas à economia capitalista, o que provoca tensões estruturais no próprio sistema de ordenação social. A economia capitalista é produtora de desigualdades e, portanto, não é justa. A política democrática por sua vez baseia-se na justiça e na igualdade e na articulação com o capitalismo atuou com o objetivo de corrigir distorções e desigualdades produzidas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que pretendia garantir as condições justas do próprio desenvolvimento capitalista. O Estado de Bem-Estar Social é o exemplo mais bem acabado dessa articulação e, nessa luta, foi o grande derrotado pelas políticas neoliberais.

Na América Latina, nossa democracia é recém-nascida, mas somos especialistas em capitalismo voraz e produção de desigualdades brutais, o que nos deixa a tarefa de corrigir erros históricos e ao mesmo tempo construir sustentabilidade para possíveis acertos. Aqui também o que assistimos é à consolidação do estado de direito, a ampliação das liberdades democráticas e dos mecanismos de participação social nas ações governamentais ao mesmo tempo em que agravam-se as desigualdades econômicas e sociais. Os países que tentaram



construir um sistema econômico socialista ou não capitalista, por sua vez, não conseguiram fazê-lo de modo democrático.

Temos que convir que, em qualquer dos casos, avançou-se muito pouco na democratização da vida social e da vida íntima, sendo a violência doméstica o grande exemplo de recusa da negociação para a solução de conflitos entre pessoas. Mas basta olhar para o balanço da criminalidade no país para perceber que, nessa guerra, a negociação vem perdendo e muito para a violência. O que é espantoso aqui é pensar que boa parte das pessoas envolvidas nestas situações acredita que a violência é a melhor forma de resolver problemas; em vários grupos sociais a violência é legitimada como modo de resolução de conflitos, independente de as pessoas estarem ou não envolvidas em organizações políticas fundamentalistas ou em organizações criminosas. Há uma clara aceitação social da violência, embora exista também uma veemente recusa das formas extremas de violência. Mas, para muitas pessoas, permanece invisível o nexo entre a aceitação da violência cotidiana e a violência extrema para a qual ela cria um fértil terreno de crescimento. Com isso, a cultura da violência ganha espaço para a cultura democrática, o que torna imenso o nosso desafio.

Ultrapassamos uma primeira e fundamental etapa para a instituição da democracia no mundo: a construção dos estados democráticos de direito. Mas é preciso ir além: como construir democracia econômica nos marcos do capitalismo? Pode-se pensar em um modo de ordenamento econômico que supere os problemas do socialismo? Como construir democracia e justiça social indo além do marco das políticas compensatórias? Como conferir valor ético e político à idéia de democracia social? Podemos construir uma cultura verdadeiramente democrática sem incorrer na burocracia e na rigidez da regra do politicamente correto? Como trazer para a cena política e cultural a necessidade de democratização da vida íntima?

O movimento feminista pode contribuir imensamente para o enfrentamento desses desafios porque é um movimento que sempre deu centralidade à cultura e é um dos sujeitos principais da ampliação da noção de política, chamando a atenção para o poderoso nexo entre esfera pública e esfera privada. É, ainda, um movimento que valoriza a sociedade tanto quanto o Estado, o que é central neste contexto. Com isso contribuímos, mas precisamos também aprender e incorporar mais fortemente novos temas à ação — como políticas estruturais e políticas de segurança pública — e renovar nossas práticas, especialmente no que toca ao fortalecimento da sociedade, sem perder de vista que só a radicalização da democracia em todas as esferas da vida será capaz de deter os fundamentalismos.

◀◀◀ *Ana Paula Portella é psicóloga e Coordenadora de Pesquisas do SOS CORPO.*



FRAGMENTOS DO DEBATE

Mídia, violência e fundamentalismos

Uma questão que preocupa é a forma como a mídia aborda os casos de violência contra a mulher. O caso recente de Tarsila e Maria Eduarda, duas jovens de classe média que foram atingidas pela violência, teve muita repercussão na imprensa local, abrindo uma discussão sobre os dilemas vividos pelas famílias, sobre até que ponto se deve confiar ou não nos/as filhos/as, qual o limite de liberdade etc. Porém, em nenhum momento se colocou em questão, por exemplo, o modelo de educação que reforça as relações de gênero; em nenhum momento se mencionou a necessidade de uma educação não sexista.

Márcia Laranjeira, SOS Corpo

Em relação ao assassinato das duas jovens, a imprensa pernambucana mostrou-se extremamente perversa, pois jogou toda a responsabilidade do crime sobre os pais, dizendo que eles não souberam educar as filhas. Eles apenas tiveram o mínimo de pudor de não culpar as próprias meninas porque elas não tinham ainda 16 anos. Em verdade, eu entendo que esse caso revela uma situação que tem a ver com a falta de políticas públicas em áreas como o transporte, e como isso deixou as duas jovens expostas à violência.

Ana Paula, SOS Corpo

Vocês lembram como começou a guerra no Afeganistão? A primeira coisa que começou a ser dita foi que as mulheres usavam aquelas roupas, que sofriam mutilação sexual, que eram proibidas de estudar. Terminou acontecendo uma cruzada de muitos países contra o Taleban. Nós, mulheres, fomos usadas para justificar uma guerra. Das mulheres, o argumento migrou para a questão de Bin Laden e dos guerrilheiros. Mas quando os Estados Unidos invadiram o país ninguém ouviu mais falar nas mulheres nem nas suas burkas. Ou seja, as mulheres afegãs deixaram de ser interessantes. Cumpriram o objetivo da imprensa perniciosa e sumiram. É preciso chamar sempre a atenção sobre as notícias nos jornais. Eu sou muito crítica com a imprensa. O movimento feminista precisa abrir um embate contínuo contra a imprensa, que é muito perversa.

Yvone Gebara, Congregação das Cônegas de Santo Agostinho

Fundamentalismos no cotidiano

O lugar onde o fundamentalismo está mais constante é nas nossas casas. Tem o fundamentalismo organizado e o fundamentalismo doméstico, que é o mais perigoso.

Íris, Grupo AMHOR

Os deficientes vivem violências cotidianas que não se vêem. É a violência da exclusão: as cidades não têm rampas, não se fazem adaptação para deficientes, não há capacitação nos hospitais para lidar com deficientes.

Sônia Silva, Associação Pernambucana de Cegos e Fórum de Mulheres de PE



Eu vim de tão longe para descobrir que as necessidades são iguais. No Amapá, a maioria da população é negra mas a elite é quase toda branca. Eu sofro discriminação devido à minha procedência. As pessoas perguntam: “Tu és do Amapá? Tu moras na ponte?”

Lauriane Almeida da Silva, Instituto da Mulher Negra do Amapá

A gente percebe que o fundamentalismo está presente em vários setores da sociedade. Na escola, quando uma criança tem dificuldade para aprender, é chamada de burra.

Telma, Feamo – Federação das Associações Municipais de Ouricuri

A vida social tem demandas urgentes e o processo democrático é muito lento. Em contrapartida, a cultura da violência ligada aos fundamentalismos é uma forma rápida de solucionar os problemas. A polícia, a escola, muitas instituições resolvem seus problemas dessa forma. A busca de soluções imediatas termina se impondo e limitando a possibilidade de educar. Nós não temos mais tempo para educar. Nos Estados Unidos, dois milhões de habitantes estão nos cárceres. Esta é uma reposta fundamentalista a um problema social.

Yvone Gebara, Congregação das Cônegas de Santo Agostinho

Violências: novas dinâmicas e velhos fantasmas

Há um tempo atrás, foram publicadas matérias sobre uma aldeia indígena onde os jovens se suicidavam. Hoje, em Ouricuri, no sertão de Pernambuco, tem jovens se suicidando. O revólver é a nova “moeda de troca” no município. Isso é muito chocante. São pessoas sem perspectiva de vida. O dinheiro público é gasto naquilo que não deveria. Precisamos ter mais atenção para o orçamento público.

Telma, Feamo – Federação das Associações Municipais de Ouricuri

A questão da segurança está para ser uma pauta do movimento de mulheres há muitos anos. E precisamos estar atentas sobre como este tema está sendo articulado com questões antigas para o movimento. Em um encontro realizado em Porto Alegre, para se discutir o SUSPE- Sistema Único de Segurança Pública, o planejamento familiar foi apontado novamente como solução da violência. Em Pernambuco, há políticos que também defendem a esterilização das mulheres pobres como medida contra a violência e o tema foi pauta de debates na Assembléia Legislativa. Isso significa que, de novo, estão propondo ao Estado ações de controle que recaem sobre o corpo das mulheres! Essa idéia se constrói sobre falsos argumentos: o primeiro é de que existe uma relação direta (e perversa) de causa-e-efeito entre pobreza e violência. A segunda é que a pobreza - e, “portanto, a violência” - cresce à medida que aumenta a população. Me parece que há uma associação perversa entre preconceito de classe e gênero – e por que não, raça - aí para o qual devemos estar atentas. Isso precisa ser desconstruído.

Márcia Larangeira, SOS Corpo

É importante salientar que os argumentos neomalthusianos, sobre a existência de uma relação direta entre crescimento da população e aumento da pobreza, não se confirmaram. Na maioria dos países desenvolvidos, o número de filhos por mulher está abaixo da taxa de reposição. No Brasil e na América Latina está acontecendo a mesma coisa. No Brasil, o problema é muito mais grave pois cerca de 40% das mulheres em idade fértil estão esterilizadas. Isso é irreversível. Não faz sentido pensar que a diminuição da população vai fazer a violência diminuir.

Ana Paula, SOS Corpo



Essa relação que é feita freqüentemente entre violência e pobreza é muito perigosa. Há muitos anos que vêm se estudando as causas ou fatores da violência, no Brasil e no mundo todo. Não há nada conclusivo ainda, mas todos estudos do tipo causa-efeito mostram que não há nenhuma relação entre pobreza e violência. A relação mais próxima que se encontra é entre desigualdade e violência. No Brasil, quando você observa os lugares mais empobrecidos, as taxas de violência são muito baixas. Onde essas taxas são altas é nas cidades mais ricas e com maior concentração da desigualdade. O Rio de Janeiro é paradigmático nesse sentido: as favelas ficam encostadas a Ipanema, a Copacabana, bairros com PIB altíssimo do lado de bairros com PIB muito baixo. Isso não quer dizer que essa seja a única causa, até porque outros estudos mostram que, na mesma família, há jovens infratores e jovens que não têm nada a ver com o crime. As dinâmicas da violência estão permeadas de mistérios. Mas não podemos discutir a violência sem levar em consideração dimensões como as estruturas dogmáticas, os fundamentalismos, a subjetividade. Questões, enfim, que o feminismo aprendeu a explorar.

Silvia Ramos, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes

“A pergunta sobre o sentido da política exige uma resposta tão simples e conclusiva em si que se poderia dizer que outras respostas estariam dispensadas por completo. A resposta é: ‘o sentido da política é a liberdade’.”

Hanna Arendt

realização



apoio

EED
Novib
CCE

Este trabalho foi desenvolvido com apoio financeiro da Comissão Européia. Os pontos de vista expressos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão.